



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ



1 **Ata da Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR —18/11/2025** Ao décimo oitavo dia
2 do mês de novembro de 2025, às 09h30, em formato híbrido; presencialmente no
3 palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro Campos, 6º Andar sala 6B – Centro
4 Cívico – Curitiba/PR, e via web conferência por meio da plataforma da CELEPAR;
5 deu-se início a Reunião Ordinária do mês de novembro de 2025 do Comitê
6 Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em
7 Situação de Rua do Estado do Paraná — CIAMPRua/PR. **Fizeram-se presentes:**
8 **Representantes Titulares Governamentais:** Delvana Lúcia (SEED), André Luiz
9 Brandão (SESP), Samanta Krevoruczca (SEDEF). **Representantes Suplentes**
10 **Governamentais:** Elizabeth Massias (SEJU), Lucimar Pasin de Godoy (SESA),
11 Renata Himovsk Torres (SESP), Rafael de Lima Borba (COHAPAR).
12 **Representantes Titulares da Sociedade Civil:** Vanessa de Souza Lima
13 (Associação Mãos Invisíveis - Curitiba), Leide Daiana Furnaletto (Casa de Acolhida
14 Filhos Prediletos – Campo Mourão). **Convidados(as) Especialistas, Parceiros,**
15 **Colaboradores:** Jane Cristina Lobato Vasques (UTSC/SEJU), Juventino Antônio de
16 Moura (Diretor de Cidadania – SEJU), Sofia Quadros Quentin (UTSC/SEJU), Laura
17 Silva Schaffrath (SEJU), Thais Ruszczak (SEJU), Bruna Mendes (MNVCT), Edineia
18 de Fátima Santos, Danieli Muller (SGM – Prefeitura), João Vitor Fernandes (SEJU),
19 Débora Cristina da Silva Coelho (SEJU), Rafaella (Mãos Invisíveis), Marlene,
20 Carolina, Zeca Binotto. **Justificativa de Ausência:** Sem justificativas de ausência.
21 **1.Abertura:** A princípio Sofia saudou a todos e iniciou a chamada nominal para
22 registro em Ata. **2.Aprovação da pauta:** Pauta aprovada conforme apresentada.
23 **3.Aprovação da Ata:** Sem ressalvas, Ata aprovada. **4.Informes da secretaria**
24 **Executiva:** Sem informes. **5. Informes dos Conselheiros:** Sem informes. **6.CENSO**
25 **Pop Rua:** Dr. Juventino saudou a todos e iniciou informando sobre a criação do
26 CENSO Pop Rua, que é uma das primeiras ações em desenvolvimento do GT; diz
27 que ocorrerá uma reunião na parte da tarde para buscar apoio dos municípios para
28 auxiliar na elaboração desse CENSO, amanhã terá uma resposta da SETI,
29 informando sobre como as Universidades Estaduais poderiam contribuir em relação
30 a execução e em breve será aberto um Chamamento Público pedindo apoio



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ



31 voluntariado para participar desse CENSO da População em Situação de Rua;
32 também está sendo programada uma reunião com o IBGE; Dr. Juventino permanece
33 a disposição e informa que em breve serão passadas mais informações e até a
34 próxima reunião do CIAMP será compartilhado o questionário do CENSO, que terá
35 como objetivo ouvir opiniões e sugestões de todos. Vanessa relata que esteve em
36 reunião na SEJU, onde foi comentado sobre esse CENSO, ela se colocou a
37 disposição, inclusive a rede que o Projeto Mãos Invisíveis possui, para auxiliar de
38 forma voluntária no que for necessário; Vanessa diz que isso é importante,
39 principalmente pela metodologia que foi sugerida e pelo custo. Dr. Juventino
40 acrescenta que além da necessidade de programas de trabalho universitário, que
41 faz parte do objetivo da própria educação, os estudantes da área relacionada a
42 População em situação de rua podem ter ciência dos problemas enfrentados, para
43 assim, futuramente, ter um olhar mais humanizado para prestar serviços para essas
44 pessoas em situação de vulnerabilidade. Vanessa complementa que, após
45 articulação em reunião, será disponibilizado nos dias 3 e 10 de dezembro um curso
46 de 12 horas de capacitação sobre a população em situação de rua, fluxos de
47 atendimento, superação, equipamentos, etc. E em paralelo, pelo Projeto Mãos
48 Invisíveis, a partir de segunda-feira, iniciarão as gravações do curso online. Edineia
49 sugere que a própria População em Situação de Rua participe e questiona se existe
50 algum valor envolvido; Dr. Juventino diz que isso ainda está em planejamento e,
51 possivelmente, serão fornecidas algumas ajudas de custo dependendo da situação,
52 mais reforça que ainda está em discussão sobre essa questão de remuneração de
53 voluntariado e, assim que houver uma conclusão será compartilhada; Concorda que
54 é importante a participação de pessoas engajadas nessa pauta, pois traria dados
55 mais concretos; Edineia questiona se a FioCruz participará; Juventino diz que ainda
56 não houve tratativas com o pessoal da FioCruz, mas afirma que quanto mais
57 colaboradores envolvidos no projeto, melhor para ter agilidade e dignidade nas
58 informações, com o objetivo de ampliar as ações do Poder Público; Edineia afirma
59 que a participação da FioCruz é essencial, visto que possui dados importantes para
60 esse projeto. Dr. Antônio registra que teve a oportunidade de conversar com parte



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ



61 da equipe do Secretário Valdemar e encaminhou o produto do Grupo de Trabalho do
62 Governo Federal no que diz respeito a possíveis metodologias para contagem,
63 criação de instrumentais, e foi mencionado que seria apresentado ao CIAMP para
64 validação, reforça a importância disso ser feito; Questiona se permanece no
65 horizonte a realização de mutirões concomitantes e simultâneos nas cidades do
66 Estado, inclusive para tentar aplicar durante os atendimentos um questionário; Dr.
67 Juventino responde que é sim do interesse do Secretário de realizar esses mutirões,
68 queria algo imediato para novembro ou dezembro, mas por conta de todas as
69 dificuldades para realizá-los a curto prazo, e provavelmente os mutirões ocorrerão
70 no início de 2026; A ideia do secretário Valdemar é usar o modelo do Paraná em
71 Ação, mais ainda analisará a efetividade, os pontos positivos e negativos dos
72 serviços, para futuramente criar mecanismos para disponibilizar esses serviços com
73 maior frequência. **7. Projeto Moradia Primeiro:** Edineia diz que o Governo Federal
74 recebeu uma verba para moradias do Projeto Minha casa Minha Vida, e dentro
75 desse projeto, 3% das casas são destinadas ao Moradia Primeiro, questiona se tem
76 previsão para iniciar e se a Sociedade Civil será convidada; Dr. Juventino responde
77 que, dentro do GT existe o projeto de Moradia Primeiro, na última reunião foi
78 apresentado um esboço do que seria, mas como esse Projeto do Governo Federal
79 está mais atrelado a COHAPAR ele não tem essas informações, mas diante do
80 questionamento, pode encaminhar um ofício a COHAPAR, por alto se sabe que é
81 uma porcentagem do valor que foi liberado para as habitações e tem acompanhado
82 pela imprensa que vários municípios estão sendo contemplados com essas
83 moradias; Vanessa diz que, em relação ao MCMV, estão de fato sendo destinados
84 valores para vários Estados e, dessas construções que são incentivadas pelo
85 MCMV, existe uma porcentagem que se chama Minha Casa Minha Vida – FAR, mas
86 não entra na metodologia do programa Moradia Primeiro, visto que não se trata de
87 propriedade privada; em Niterói foram destinadas recentemente trinta e cinco
88 unidades para as pessoas em situação de rua que estavam cadastradas no projeto
89 Recomeço, as casas estão sendo entregues mobiliadas e com visitas e suporte de
90 assistência social toda semana; Laura complementa que esses 3% são obrigatórios



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ



91 nos municípios que tem uma população em situação de rua a partir de mil pessoas,
92 no Paraná se enquadrariam somente Curitiba e Foz do Iguaçu; Bruna diz que em
93 março foi divulgada uma lista que relata que Curitiba é o 9º município que pode
94 participar, nesse projeto é fornecido 100% da mobília, para a pessoa ter direito é
95 necessário no mínimo seis meses de registro do Cad Único e faça inscrição no
96 Bolsa Família; Mas primeiro é necessário saber qual o volume de imóveis que
97 realmente estão saindo no MCMV em Curitiba e como está a situação do recurso, o
98 repasse seria de 30 em cada 1000 unidades; Dr. Juventino sugere que seja enviado
99 um ofício para o município de Curitiba pedindo informações e para COHAPAR.
100 Edineia agradece os esforços que estão ocorrendo no CIAMP para que haja
101 humanização dessas pessoas em situação de rua, para que tenham seus direitos
102 básicos de alimentação, higiene, moradia, etc. **8.Equipamentos de Albergue:**
103 Edineia relata sobre denúncias dos equipamentos de albergue, onde os usuários
104 relataram que as camas estavam com percevejos e ocorridos desvios de cobertores,
105 relatou também ameaças e abusos feitos por policiais militares; Bruna afirma que
106 isso é extremamente real e relata sobre a dificuldade de uma pessoa em situação de
107 rua denunciar esses acontecimentos, visto que muitas vezes acabam não sendo
108 ouvidas; Elizabeth diz que seria interessante falar sobre isso nas reuniões do CIAMP
109 Municipal; Bruna diz que todas essas questões se resolveriam com câmara policial
110 obrigatória; Jane questiona quais são os albergues onde ocorreram essas denúncias
111 para encaminhar o ofício e solicitar informações; Edineia diz que os locais são
112 próximo ao mercado municipal, próximo à FAS e próximo ao viaduto do Capanema;
113 Edineia relata também que ouviu boatos sobre o possível fechamento da mesa
114 solidária, principalmente em épocas festivas de final do ano, diz que o serviço
115 oferecido pelo projeto é essencial para a população em situação de rua, idosos e
116 pessoas que tem algum tipo de dependência química, evitando a desnutrição dessas
117 pessoas; Jane questiona se os conselheiros aprovam o encaminhamento de ofício
118 para a FAS e a COHAPAR solicitando informações, encaminhamentos aprovados;
119 em relação as denúncias de violência policial, André diz que é necessário primeiro
120 fazer as denúncias na ouvidoria da PMPR, para depois oficializar a SESP; Dr.



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ



121 Antônio diz que, em relação a questão de percevejos nos albergues, a Defensoria
122 Pública recebeu, há uns dois meses, uma denúncia do equipamento Padre Pio, foi
123 realizada uma vistoria no local e foram constatadas algumas irregularidades, que
124 foram formalizadas e ocorreu a substituição de camas; houve reclamações também
125 de proliferação de mosquitos e feita a solicitação de instalação de um gradil próprio
126 e limpeza do entorno pra evitar a questão da água parada; Se ocorreu novamente a
127 denúncia é possível fazer a verificação, mas desse local essas providências foram
128 tomadas; Sobre a questão das violências, é necessário que as denúncias sejam
129 feitas no MP, que é o órgão que possui competência para fiscalização das polícias;
130 sobre as retiradas de pertences tem uma ação em andamento, mês passado foi feita
131 uma comunicação em juízo pedindo aplicação de multa; no que diz respeito ao
132 acionamento das câmeras policiais é algo que está incipiente a implementação
133 progressiva no Brasil, o STF fixou alguns parâmetros em que o acionamento pode
134 ser interrompido ou não; Dr. Antônio frisa que isso é um debate muito polêmico e
135 sensível, deixa registrado que, como defensor público, não acha que seja o ideal a
136 se fazer, e acredita que não é a melhor forma de realizar a abordagem social junto
137 com forças de segurança pública, o próprio CIAMP expediu uma nota técnica sobre
138 as abordagens sociais que não podem ser confundidas com abordagem de
139 segurança pública, até mesmo para facilitar a vinculação dos usuários aos serviços
140 que podem beneficiá-los; Dr. Antônio relata que há um mito de que há pessoas
141 criminosas infiltradas entre pessoas em situação de rua, mas, pessoas domiciliadas
142 e não domiciliadas podem cometer crimes, isso é um equívoco fazer essa livre
143 associação visto que não é fundada em dados; Dr. Antônio reforça a necessidade
144 das denúncias de violência serem encaminhadas a Defensoria Pública; Jane
145 concorda que fica difícil fazer encaminhamentos de algo muito vago; Bruna informa
146 que está sendo elaborado um formulário, que será repassado inclusive para o
147 pessoal dos projetos Ruas Visíveis, Anjos Noturnos, etc. Justamente para facilitar as
148 coletas de denúncias, posteriormente colocar esses pontos em diálogo, analisando o
149 que seria necessário e válido para esses casos da população em situação de rua;
150 Dr. Antônio pontua que, durante os atendimentos para pessoas em situação de rua,



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ



151 é muito frustrante a forma como as instituições formalizam e proceduralizam
152 essas denúncias, pois no momento em que ocorre uma violação, exigir para a
153 pessoa que tenha todos esses dados é um tanto quanto pesado, mas, por outro
154 lado, sem as informações mínimas não se pode oferecer uma denúncia para punir e
155 investigar o ocorrido, então não é uma burocracia sem razão; Em relação ao
156 formulário, se coloca a disposição para auxiliar na elaboração desse material, e
157 informa que foi feita uma cartilha(que precisa de atualização) informando o que pode
158 ser feito ou não durante a abordagem para divulgar entre as organizações.

159 **9.Informes Gerais:** Dr. Antônio relata que está em organização, junto à SEJU, um
160 mutirão para a população migrante, que ocorrerá dia 29 de dezembro, no espaço de
161 migração, e justifica a saída antecipada da reunião pois irá ao local fazer uma
162 checagem em relação aos pontos dos serviços que serão ofertados; Jane agradece
163 pela parceria de Dr. Antônio e por todo o apoio da Defensoria Pública, reforça sobre
164 os encaminhamentos que serão feitos após reunião e informa que, referente ao
165 protocolo do Plano Ruas Visíveis, foi enviada uma justificativa e até o momento está
166 em tratativa com a DCDH e com o Secretário. **10.Encerramento:** Por fim, Jane
167 agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião Ordinária do Comitê
168 Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em
169 Situação de Rua do estado do Paraná. A presente Ata foi lavrada por Sofia Quentin;
170 Revisada por Jane Vasques.